

Grupos não se entendem sobre a reforma agrária

Blocos do consenso e dos 32 debatem em conjunto o projeto e tentam um acordo sobre 5 temas

A missão imediata das terras desapropriadas para efeito de reforma agrária continua sendo o entrave para um acordo entre os constituintes do Grupo de Consenso, coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) e do Grupo dos 32, do senador José Richa (PMDB-PR). Mas na área da educação — outro dos cinco itens polêmicos que estão sendo negociados — o acordo já está praticamente fechado para entendimento — ele prevê verbas públicas para qualquer instituição sem fins lucrativos, estabelecidas algumas condições.

Hoje, o Grupo de Consenso reúne-se, pela manhã, e à noite encontra-se com o Bloco da Esquerda. Amanhã tenta, junto com o Grupo dos 32, fechar questões no que for possível.

Representantes dos dois grupos manifestaram ontem a expectativa de que será fechado um acordo em torno dos pontos sob exame: reforma agrária, educação, anistia, Poder Judiciário e Sistema Tributário.

No debate sobre reforma agrária, segundo o deputado Scalco, a questão "está amarrada na imissão imediata da oesse". O Grupo de Consenso acha que sem a imissão imediata, a reforma agrária não avança. Por isso, quer a manutenção da proposta do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM); o juiz deferirá de plano a inicial (a ação de desapropriação), e se não o fizer no prazo de noventa dias, a imissão opera-se automaticamente. Já, o Grupo dos 32 pretende que durante os noventa dias o juiz se manifeste favoravelmente ou não à imissão. Ainda na noite de ontem, os constituintes envolvidos nessa discussão — Scalco,

Virgílio Távora, (PDS-CE), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA) — deveriam voltar a se reunir.

O ponto mais discutido na educação é o da destinação das verbas públicas. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — do Grupo dos 32 — informou que os dois grupos estão "a um passo do entendimento", que seria a adoção do texto do Projeto Hércules, do bloco de Richa: "o poder público não subvencionará instituição de educação com fins lucrativos, e as instituições sem fins lucrativos poderão ser subvencionadas desde que reapliquem seus excedentes financeiros em educação, e prevejam a destinação de seu patrimônio a outras instituições da mesma natureza ou ao Poder Público, em caso de sua extinção".

O grupo que debate a educação se reúne novamente hoje pela manhã. Sandra explicou que o tema voltou a ser examinado depois que "na torre do Banco do Brasil" (onde trabalhou a cúpula da Sistematização) adotou-se uma fórmula imperfeita; a de que os recursos públicos poderiam ser destinados, nas condições da lei e em casos excepcionais, a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias. Para a deputada, isso obrigaria as instituições a provarem a excepcionalidade, e a esperar uma lei.

— Até lá, as escolas iriam fechar — disse.

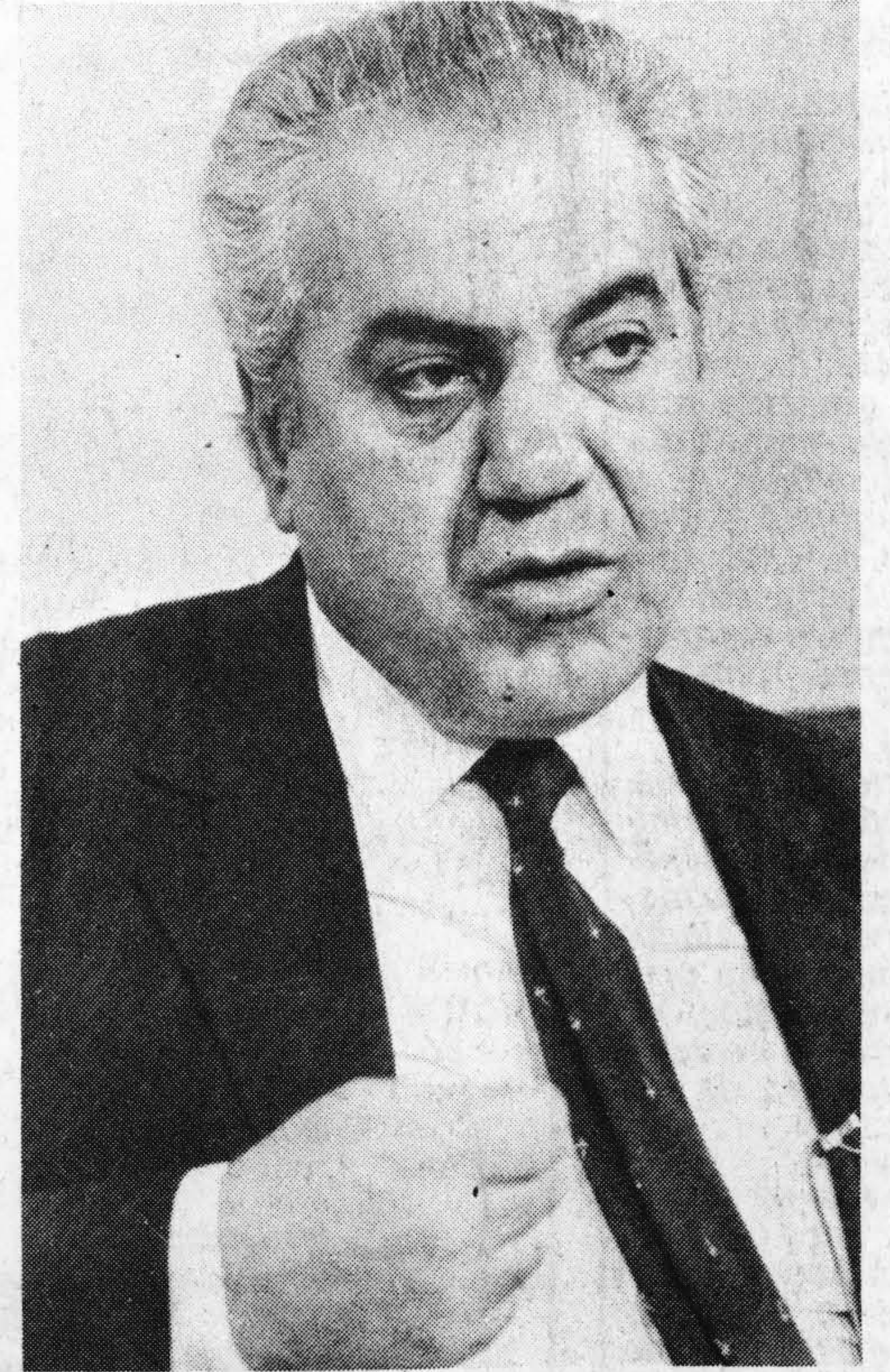
Outro item sob análise é o que garante às universidades autonomia didático-científica, administrativa, econômica e financeira. Para Sandra Cavalcanti, "isso é um País dentro do Brasil, uma coisa louca". A deputada defende para as universidades a autonomia didático-científica e na ges-

tão dos recursos, mas com prestação de contas ao Tribunal de Contas. A deputada informou que sua proposta foi bem recebida pelos constituintes do Grupo do Consenso.

O que já havia sido fechado pelos dois grupos, na primeira etapa de apresentação de emendas, não deverá ser alterado, segundo o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), do Consenso. Ele disse que a esquerda está tentando reabrir algumas questões, mas o Grupo do Consenso tem consciência de que todas as fórmulas sobre as quais houve acordo representam um grande avanço em relação a etapas anteriores:

— Nas próximas horas, tudo vai depender da nossa paciência e competência para fechar um acordo sobre os outros pontos. O grupo de esquerda vai apresentar suas posições, e tem o direito regimental e político de fazê-lo. A única coisa a evitar é que na fixação de suas posições se ponha em risco alguns avanços já obtidos pensamentos, o que criaria a situação curiosa e indesejada de os votos da esquerda servirem aos objetivos da extrema-direita.

Ontem à noite, os senadores José Richa e José Agripino (PFL-RN) — este do Consenso — se reuniram para examinar a anistia. Richa acha que haverá um entendimento em torno dos cinco pontos polêmicos, o que só não ocorreu na primeira fase de conversação entre os dois grupos "por falta de tempo". No que for possível, ambos os blocos apresentarão emendas comuns. Já a esquerda, segundo informou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), se reúne hoje a fim de elaborar propostas autônomas, que representem avanços em relação ao substitutivo de Cabral.



Ulysses levou ao senador Richa suas preocupações com o projeto que Saulo Ramos considera mal-escrito e ainda radical

Artistas se unem contra a censura

Uma comitiva de artistas inicia hoje dois dias de trabalho junto aos constituintes para derrubar "a manutenção da censura própria dos tempos de ditadura", contida no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) — informou ontem a presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões no Estado de São Paulo, Lígia de Paula Sousa.

Plínio Marcos, Lauro César Muniz, Lélia Abramo, Altair Lima e Mauro Rósth integram a comitiva de artistas que pedirá às lideranças partidárias no Congresso mudanças profundas no tratamento que o substitutivo de Bernardo Cabral dá ao setor artístico. Segundo a dirigente sindical de São Paulo, o substitutivo utiliza argumentos da Idade Média para justificar a censura.

"A sociedade acaba perdendo com as tentativas de imposição da censura moral. Não tem sentido a Constituição manter a proibição a artes e espetáculos por atentado à moral e aos bons costumes. O substitutivo em nada favorece os artistas" — afirma Lígia Sousa.

Sandra diz que relator mudou tudo

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) criticou ontem a proposta do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), sobre a censura. Segundo ela, Cabral "surpreendentemente" alterou o texto resultante de acordo entre o grupo dos 32 e o grupo do consenso, e a nova redação irá "levantar pressões de todas as categorias" sobre os constituintes.

A proposta do acordo vedada toda e qualquer censura de natureza política ou ideológica, cabendo ao poder público proibir nas emissoras de rádio e de televisão todo e qualquer tipo de programa ou mensagem publicitária que se utilize de temas que atentem contra a moral, os costumes, a família e a saúde, e estimulem a violência. O texto de Cabral retira a palavra saúde e inclui um parágrafo único vedando a propaganda comercial de medicamentos formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agro-tóxicos. Além disso, proíbe as publicações impressas, os espetáculos públicos, a programação e a publicidade em geral nas emissoras de rádio e de televisão, que se utilizem de temas ou imagens pornográficas, que atentem contra o bom costume e que incitem à violência.

Consultor relaciona o besteiro do projeto

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, afirmou, ontem, que muita coisa tem de mudar no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) — informou ontem a presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões no Estado de São Paulo, Lígia de Paula Sousa.

Dentre os pontos que considera "radical", Saulo Ramos — que está concluindo relatório crítico do anteprojeto da Constituição a ser entregue hoje, ou mais tardar amanhã ao presidente Sarney — relacionou a anistia aos militares cassados, o capítulo que trata da ordem econômica, a soberania nacional, e a forma como foi alterado o papel das Forças Armadas. Todos esses pontos, segundo informou, foram examinados na reunião de sábado no Palácio da Alvorada com Sarney. Participaram deste encontro, o próprio consultor, o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, o ministro-chefe

do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e o deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

MEDO GERAL

Após ratificar a série de críticas que vem fazendo ao substitutivo de Bernardo Cabral, Saulo Ramos concluiu afirmando que não sabe o que houve com o relator pois, além de "mal redigido" o anteprojeto tem muita "incoerência" e "impropriedades". "Da forma como está, não é possível ser aprovado", na opinião do consultor-geral da República. Ele revelou que "existe um medo geral de que as instituições entrem em colapso, o que certamente ocorrerá, caso as incorreções não sejam eliminadas", previu.

No caso específico da reforma agrária — um dos pontos polêmicos do anteprojeto — Saulo Ramos entende que "bastaria que o relator definisse os princípios da reforma agrária e deixasse que uma legislação específica tratasse dos detalhes do tipo imissão de posse, indenização etc., até porque "reforma agrária é sempre programa de governo, cada um adota o modelo que melhor lhe convém. Um princípio de reforma agrária que o

Governo aprovaria, segundo ele, é aquele que foi criado pelo ex-presidente do Chile, Salvador Allende, copiado depois pelo México. Esse modelo de reforma agrária estabelece módulos mínimos de terra, de acordo com cada região. As terras improdutivas seriam desapropriadas em apenas 2/3 da área total. O 1/3 restante continuaria nas mãos dos proprietários.

Outros pontos considerados "inaceitáveis" pelo consultor geral da República é o sistema tributário da União e a competência da Polícia Federal, tratada nas disposições transitórias. Da forma como está no anteprojeto de Bernardo Cabral, o combate aos crimes de contrabando, por exemplo, passa para a alçada do Ministério da Fazenda, o que na opinião de Saulo Ramos é um "absurdo".

Ele não sabe ou não quis informar como estão evoluindo os entendimentos que vêm sendo promovidos pelo Governo junto aos constituintes para correção do que ele chama "besteiro". Segundo disse, "isto fica por conta dos políticos". Mas tem esperanças de que, ao final, as coisas entrem nos eixos. "Constituinte é fundamentalmente, negociação" — concluiu.

Cabral: Não descumpra os acordos

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), denunciou ontem ter sido montada em Brasília "uma central de boatos" para desmoralizá-lo pessoalmente e à própria Constituição e anunciou que não pretende participar das negociações sobre os pontos mais polêmicos, especialmente os dispositivos que envolvem as Forças Armadas.

"Eu tenho de esperar o resultado dessas negociações e depois tirar a média" — disse o relator, negando que houvesse alteração, por iniciativa pessoal, dos pontos do projeto negociados entre os partidos e com o próprio Governo.

Bernardo Cabral disse que não responderá às críticas ao projeto por ser um liberal. "Eu só posso tirar a média do trabalho que vem sendo feito por todos os constituintes" — acrescentou, notando que não inovou em nada a questão da anistia dos militares, além da possibilidade de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal dos processos que envolvem documentos em que possa ser falsa a assinatura do general Costa e Silva.

"A história vai me fazer justiça", concluiu o relator.

Promovidos 976 oficiais nas 3 Forças

A Marinha, Exército e Aeronáutica promoveram com base em decreto presidencial, 976 oficiais de seus vários quadros a postos superiores. A Marinha foi a que concedeu o maior número de promoções: quinhentos e quarenta. O Exército promoveu duzentos e noventa e seis e a Aeronáutica, cento e quarenta.

No Exército foram promovidos ao posto de coronel, noventa oficiais, divididos da seguinte forma: infantaria (20), cavalaria (7), artilharia (14), comunicações (01), material bélico (01), engenharia (18), médico (01), dentista (07), veterinário (05) e intendência (16). Tornaram-se tenentes-coronéis, noventa e nove outros oficiais, e ocupam postos de maior ordem 113.

Na Marinha, 16 oficiais foram promovidos ao posto de capitão-de-mar-e-guerra, 51 ao de capitão-de-fragata e 97 ao de capitão-de-corveta. Outros 376 oficiais subalternos receberam também promoções. A Aeronáutica, entre suas 140 promoções, tornou sete de seus oficiais coronéis e nove tenente-coronéis. E outros 124 a diversos postos em seus quadros.

Ulysses preocupado com justiça e tributo

O deputado Ulysses Guimarães surpreendeu ontem os parlamentares que vêm se reunindo no Instituto "Israel Pinheiro", para discutir o substitutivo do projeto de Constituição redigido pelo deputado Bernardo Cabral. Sem ser esperado, ele, chegou por volta do meio-dia, acompanhado do governador do Distrito Federal, José Aparecido. Na sala de reuniões, eles permaneceram cerca de 15 minutos e, ao sair, Ulysses disse que chamou a atenção dos parlamentares que integram o "Grupo dos 32" para a parte tributária e judiciária. Ele está preocupado com a criação de novas despesas, "que não correspondem à geração de recursos" e, ainda, com a criação de mecanismos que garantam maior agilidade do Judiciário. "O País não pode subsistir convivendo com injustiças", afirmou.

Para o senador Virgílio Távora (PDS-CE), que coordenou ontem os trabalhos de discussão do grupo, a visita de Ulysses Guimarães só pode ser entendida

como apoio moral. "Já que o grupo não pede nada e é suprapartidário". O senador disse que já reclamaram que eles foram se meter na Fundação Getúlio Vargas e que podem até continuar reclamando. "Mas, não temos medo de caretas e nem que digam que somos "moderados", "xiitas" ou "progressistas". Virgílio Távora confirmou que Ulysses falou aos constituintes somente sobre suas preocupações com relação às questões judiciária e tributária.

Sobre a questão tributária, o presidente da Constituição informou que sua preocupação decorre do fato de que, com a criação de novas despesas é preciso que se crie recursos, porque, segundo ele, não haverá receita para satisfazer esses gastos. "A não ser que haja aumento de impostos", disse o deputado, reafirmando que a parte tributária está aquém dos direitos assegurados já no substitutivo de Bernardo Cabral. E, exemplificando o nível de suas preocupações, Ulysses informou que

já pediu ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, um estudo detalhado sobre essa questão.

Ulysses Guimarães falou também que não conversou com os constituintes sobre os assuntos discutidos anteriormente com o presidente José Sarney. Já o senador Távora até reconheceu como normal a tentativa do Presidente influenciar na Constituição. Mas, também negou que Ulysses tenha ido ali para passar qualquer recado de Sarney. Segundo ele, "o Presidente tem seus amigos e sua pressão na Constituinte será por intermédio deles", afirmou.

Também o governador José Aparecido foi ao Instituto "Israel Pinheiro" passar o seu recado e preocupações: ele acha que a Constituição tem que encontrar um caminho para melhor distribuição das rendas públicas, "para estabelecer os princípios federativos e o ideal republicano". Para o governador do Distrito Federal, os Estados não passam hoje, de "pensionistas da União".

Centro Democrático divide o trabalho com as emendas

O grupo "Centro-democrático" reúne-se ainda hoje para definir as emendas que serão apresentadas, e deverão ser defendidas por seus membros na Comissão de Sistematização. Os deputados Expedito Machado (PMDB-CE), Borges da Silveira (PMDB-PR), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Max Rosenmann (PMDB-PR), José Dutra (PMDB-AM) e o senador João Calmon (PMDB-ES), que integram a comissão do bloco destinado à elaboração das propostas, esteve reunida no início da noite de ontem, para preparar as proposições sobre reforma agrária, concessão de canais de rádio e televisão, educação e sistema de governo.

beiro coube a elaboração dos projetos definindo posições do Centro-democrático em relação aos três primeiros capítulos do anteprojeto do relator Bernardo Cabral, que dispõem sobre os direitos e garantias individuais, coletivos e constitucionais. O restante do trabalho ficou dividido entre seus colegas da seguinte forma: Expedito Machado ficou com o papel de coordenador, José Dutra preparando emendas sobre sistema de governo e partidos políticos, João Calmon com a área de Educação, Borges da Silveira com o papel dos militares e Max Rosenmann com Ordem Econômica e Social. As proposições preparadas pela comissão ainda não são as do "Centro-

democrático", ressaltou Mendes Ribeiro, que acentuou que as idéias serão levadas à reunião do grupo.

No tocante à reforma agrária, Ribeiro adiantou que a idéia é de se estabelecer mecanismos que permitam ao Estado aplicar recursos na fixação do homem no campo. Explicou o parlamentar gaúcho que para a consecução da reforma agrária não basta o pagamento das terras desapropriadas em títulos públicos. "Quem é que paga a fixação do homem no campo?" — indagou. Segundo ele, a comissão irá levar aos demais membros do Centro-democrático duas propostas sobre sistema de governo: uma parlamentarista e a outra presidencialista.

Maurílio apresenta emenda de eleições gerais em 88

Foi um dia de pouco trabalho para os funcionários do Congresso que estão trabalhando no recebimento de emendas para o substitutivo do relator Bernardo Cabral. Apenas um constituinte, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), escolheu o domingo para entregar sua emenda ao substitutivo. A proposta do deputado: a realização de eleições para Presidente da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Prefeitos e Vereadores, cento e vinte dias após a promulgação da nova Constituição. A emenda tem um único parágrafo: todos os eleitos assumirão seus mandatos quarenta e cinco dias após as eleições. Se o domingo foi calmo para os 30 funcionários que

estão trabalhando no recebimento de emendas, os próximos dias deverão ser movimentados. Já é uma rotina: os Constituintes sempre deixam para última hora a entrega de suas emendas. Foi o que aconteceu na primeira fase de recebimento, quando no último dia foram apresentadas mais de 7 mil emendas. O prazo, dessa vez, é mais curto. Começou na sexta-feira passada e termina na próxima quarta-feira.

No primeiro dia de entrega, o movimento também foi pequeno. Aumentou um pouco no sábado, quando foram apresentadas 46 emendas ao substitutivo. Os funcionários não sabem informar qual o assunto preferido dos constituintes, nessa segunda fase. "Não

nos preocupamos com o conteúdo, mas com a forma", afirmou um deles. Os funcionários são treinados para orientar os constituintes quanto a aspectos legislativos. Muitos deles apresentam incorretamente suas emendas.

O pequeno número de emendas apresentadas nesse fim de semana tem uma explicação, para os funcionários que as estão recebendo: os constituintes deixaram o sábado e domingo para estudar cuidadosamente suas propostas. A partir de hoje, a corrida para entrega de propostas vai esquentar. Os funcionários do Congresso estarão prontos para recebê-las até quarta-feira, dia em que o expediente vai ser prolongado até as 24h.